



Espécie e Floresta: A araucária nos discursos ambientais e na produção de sentidos para as florestas no Paraná

Alessandra Izabel de Carvalho ¹
Robson Laverdi ²

RESUMO:

O artigo busca analisar como determinadas construções simbólicas, discursivas e imagéticas que engendram efeitos e processos de produção de sentido para a araucária e, na sua esteira, para a floresta com araucária foram pensadas e divulgadas ao longo do século XX no Paraná. Nosso argumento é que a devastação florestal ocorrida no estado tem sido obscurecida por discursividades centradas na espécie e na sua importância para o desenvolvimento econômico do Paraná em paralelo de um certo “esquecimento” da floresta a que ela pertence. Para tanto, centramos a atenção na forma como ambas, espécie e floresta, foram versadas pelo Movimento Paranista, pelos pesquisadores Romário Martins e Francisco Carlos Hoehne e em quatro comunicações apresentadas no 1º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Curitiba no ano de 1953.

Palavras chave: Escrita Alfabética; Alfabetismo; Colonização Portuguesa; Mata Atlântica; Período Colonial.

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. ale.marumbi@gmail.com

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. robson_laverdi@hotmail.com.

Muito se tem escrito nos últimos anos sobre a história da floresta com araucária.³ Na verdade, ainda que a floresta não seja o foco central dos estudos, o processo de sua devastação tem sido narrado há muito mais tempo. Falar da história da colonização do Brasil meridional pelos imigrantes europeus e pessoas vindas de outras partes implica contar sobre como a maior floresta original do sul do país⁴ teve que desaparecer para abrir espaço e suprir os novos moradores.

Tampouco teve a floresta com araucária uma história peculiar. Como aponta Lester R. Brown no prefácio da obra de John Perlin:

Por todo o livro *História das Florestas* vemos um processo semelhante se repetindo várias vezes. Afortunado por ter um acesso fácil, a floresta e solos ricos, uma sociedade se desenvolve materialmente e a população fica cada vez mais confiante de que a natureza sempre suprirá suas necessidades. A prosperidade e a população invariavelmente crescem durante um certo período. Quando [sic] mais rápido uma região se desenvolve demográfica e economicamente, maiores serão suas demandas com relação às terras florestais e agrícolas restantes. A fim de assegurar o fluxo contínuo de quantidades suficientes de madeira e alimento, as sociedades contam com a colonização, diplomacia e aventuras militares. No fim das contas, porém, a tentativa de manter o alto crescimento econômico e populacional ao longo do tempo, em face dos recursos que decrescem, resulta no declínio. É só substituir a madeira pelo petróleo no mundo atual que se percebe a gravidade da analogia. (Perlin 1992).

No caso específico do estado do Paraná,⁵ o epílogo dessa história já é bem conhecido e, infelizmente, bastante desolador: não há mais resquícios da floresta com araucária que aqui existia até meados do século XIX. Os últimos dados oficiais em relação ao estado de conservação da floresta com araucária no estado foram publicados em 2004 pela Fundação de Pesquisas e Estudos Florestais do Paraná.⁶ Sintetizando as informações do levantamento, as florestas em estágio avançado de sucessão, ou

³ A floresta com araucárias, uma das unidades fitoecológicas que compõem a Floresta Atlântica, é também denominada de Floresta Ombrófila Mista, devido à alta pluviosidade e à mistura de espécies. Sobre a história das florestas com araucária, ver, por exemplo: KOCH, Zig; CORREA, Maria Celeste. *Araucária: a floresta do Brasil meridional*. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010; CARVALHO, Miguel M. X. Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese de Doutorado, UFSC, 2010; NODARI, Eunice S. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de A. et al. (orgs.). *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012, p. 241-260.

⁴ Somente nos estados do Sul do Brasil, os pesquisadores estimam uma área de quase 200.000 km² para extensão original da floresta com araucária, correspondendo a um terço da superfície da região. Ver: CASTELLA, Paulo Roberto, BRITZ, Ricardo Miranda de (orgs.). *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais* / Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná; apoio: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 8-9.

⁵ A área de ocorrência da floresta com araucária abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de forma contínua. Ela aparece em manchas disjuntas nas elevações mais altas das serras da Mantiqueira e da Bocaina, no Nordeste do Estado de São Paulo e Sudeste do Estado de Minas Gerais; ocorra ainda em pequenas manchas no nordeste da Argentina e no leste do Paraguai. No entanto, a discussão proposta neste trabalho se refere apenas ao estado do Paraná.

⁶ CASTELLA, Paulo Roberto, BRITZ, Ricardo Miranda de (orgs.). *A floresta com araucária no Paraná*. op. cit. Para esse estudo, além da área de ocorrência da floresta com araucária delimitada por Maack, em 1968, que corresponde a 37% da

seja, que se encontram em um razoável estado de conservação, correspondem a apenas 0,8% da área total original da floresta com araucária (66.190 ha) e 0,24% dos campos (7.888 ha).⁷ Apenas nas florestas nesse estágio ocorrem espécies exclusivas e uma maior biodiversidade. Segundo CAMPANILI (2006), ao mesmo tempo, “essas florestas de extrema importância são as que vêm sendo mais impactadas com a retirada seletiva de madeira ou mesmo com a retirada total da floresta”. Vale reiterar que esses dados são de um estudo realizado há mais de 10 anos,⁸ suscitando por certo dúvidas quanto a situação atual, a que tudo leva a crer, com números ainda mais desanimadores.

Segundo Perlin (1992), mas, nem sempre a história das florestas é apenas uma “crônica da devastação”. Culturas diversas revelam variadas formas de interação com a floresta. Segundo Langston (2005), estudar a história das florestas e entender as transformações pelas quais elas passam ao longo do tempo implica estender o olhar para as conexões que formam o tripé da história ambiental, ou seja, as relações entre economia, ecologia e cultura. São essas conexões que permitem que vejamos as florestas, conforme Harrison (1993), como espelhos opacos das sociedades que existem em relação a elas. Em diálogo com Williams (2011), lidamos com a ideia de natureza como sendo provisória, mutável e histórica, pois a forma como experimentamos e representamos o mundo natural é fortemente influenciada pela constituição cultural que nos envolve e movimenta. Nesta linha de raciocínio, as nossas interpretações sobre as florestas são sempre relativas, pois dependem dos lugares e dos tempos, assim como das posições sociais e culturais em que são enunciadas. Essas interpretações revelam, conseqüentemente, tanto sobre a floresta estudada quanto sobre quem a investiga.

Neste sentido, além da sua materialidade biofísica, das formas como dela nos apropriamos e dos usos que lhes atribuímos, nos interessa em particular as formas de narrar a floresta. A nossa capacidade de versar sobre a floresta passa pela capacidade de fruí-la em nossa própria realidade. Neste âmbito compreensivo de interatividade e mutabilidade, as formas de verbalizar a nossa vivência emergem como linguagens e representações sociais, geográfica e historicamente constituídas. Ao longo

superfície do Paraná, ou 7.378.000 ha, foi considerada a região dos campos, tipologia associada à floresta com araucária e área de ocorrência natural do pinheiro, totalizando uma área de 11.589.138 ha, ou seja, 58% da área do estado.

⁷ O estudo citado apresenta ainda os dados relativos ao estágio de sucessão médio para a floresta com araucária em 14,47% e para o campo em 2,55%. E, ao estágio de sucessão inicial, em 14,04% para a floresta e 4,26% para o campo.

⁸ De lá para cá, ocorreram alguns movimentos importantes pela conservação das áreas remanescentes da floresta com araucária. O mais significativo foi a constituição, em 2002, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA, de uma força-tarefa que teve como missão “estudar, identificar, avaliar e propor a criação de unidades de conservação” nos estados do Paraná e Santa Catarina. Ver: MEDEIROS, João de Deus; SAVI, Mauricio; BRITO, Bernardo F. A. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. *Biotemas*, 18(2): 33-50, 2005. A iniciativa resultou na criação, entre 2005 e 2006, em quatro UCs no Paraná: Parque Nacional dos Campos Gerais, Reserva Biológica das Perobas, Reserva Biológica das Araucárias e Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas e em duas UCs em Santa Catarina: Parque Nacional das Araucárias e Estação Ecológica Mata Preta.

do século XX, encontramos no Paraná determinadas construções simbólicas, discursivas e imagéticas que engendram efeitos e processos de produção de sentido para a araucária⁹ e, na sua esteira, para a floresta com araucária.

A ARAUCÁRIA COMO SÍMBOLO DO PARANÁ

No caso do Paraná, a devastação da floresta com araucária torna-se ainda mais paradoxal se levarmos em conta a importância que o pinheiro, especificamente, ocupa na imaginação social de suas populações.

Com a proclamação da República, em 1889, e com a consolidação do federalismo, a construção das identidades culturais em relação à nação e aos estados que a formavam se colocava como imperativo. Mas o Paraná era um estado que, no início do século XX, ainda carecia, segundo os prismas governamentais, de uma base demográfica, econômica, social e cultural. Nem mesmo os seus limites territoriais estavam bem definidos. Noutras palavras, era um estado sem identidade.

Foi com vistas a suprir ao menos parte dessas lacunas que um grupo de intelectuais, políticos e artistas se dedicou à tarefa de “inventar o Paraná”. Segundo Pereira (1997) surgia o Movimento Paranista, cujo papel foi exatamente “forjar uma identidade regional, com base nos ideais de progresso, modernidade e ciência que embalavam a República, em uma construção absolutamente ufanista que faria o elogio da terra” e do povo paranaense.

A formulação desse discurso de fundo histórico, a partir do final do século XIX, alcançaria a sua cristalização entre as décadas de 1920 e 1930. Paralelamente, toda uma produção de dispositivos simbólico-ideológicos foi edificada com o objetivo de estabelecer laços de afetividade e, conseqüentemente, de identificação dos paranaenses com representações que a partir de então os caracterizariam. Coubera às artes, sobretudo à literatura, à escultura e à pintura, a construção e a divulgação dos mitos e das lendas paranistas. Nesse plano, passou-se a promover o paranaense ideal – assentado na ideia do imigrante branco, trabalhador e sementeiro do futuro, assim como foram enaltecidas as riquezas naturais da terra, tais como os rios, as montanhas da Serra do Mar, as Quedas do Iguaçu, a erva-mate, o reino animal e o próprio clima.

Mas, segundo Pereira (1997), entre todos os elementos utilizados pelo Movimento Paranista, o pinheiro foi, sem dúvida, “o que se encaixou de forma mais concreta em suas pretensões simbólicas.” Ele alcançou a maior eficácia e durabilidade no processo de construção da identidade para o povo do

⁹ A *Araucaria angustifolia* é conhecida como pinho, pinheiro, pinheiro brasileiro, pinheiro-do-paraná ou simplesmente araucária. Neste trabalho utilizamos indiscriminadamente várias dessas denominações.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

Paraná. Nas analogias criadas por inveterados paranistas, o futuro do Paraná seria pujante e agigantado e se destacaria do futuro do resto do Brasil, tal como o pinheiro se destaca no meio da floresta; o caráter sociocultural do paranaense deveria ser retilíneo e altivo, tal como o tronco da árvore, e assim por diante. Soma-se a isso o fato de que o pinheiro é uma espécie que consta na paisagem regional há milhares de anos. Tal presença por si só serviria, na imaginação paranista, “para preencher o vácuo referente à inexistência de uma tradição histórica do estado”. Ou seja, nas tramas do tempo mais longínquo, o povo paranaense sempre estivera representado nessas terras pela presença dos pinheirais. Para uma ideia da recorrência do pinheiro no campo das artes paranistas, vale lembrar do artista plástico Lange de Morretes, responsável pela estilização do pinheiro, da pinha e do pinhão, usados como adornos decorativos em toda capital do estado. Dizia ele:

[...] Quando um artista paranaense está só ele pensa no pinheiro; quando está em companhia de outro artista, fala do pinheiro; e quando os artistas reunidos são mais de dois, discutem sobre o pinheiro. (...) Discutíamos as suas qualidades, as suas dificuldades e as suas novas possibilidades para o campo da arte. (Morretes 1953).

O próprio espaço urbano da capital se tornou tela para as intervenções paranistas e o pinheiro aparece na arquitetura e nas calçadas, praças e monumentos públicos. Tal construção elaborada entorno do pinheiro-do-paraná serviu como elemento agregador da identidade regional. A pretensão do movimento paranista foi criar um sentimento de “paranidade” que fizesse sentido para toda a população paranaense, a despeito da multiplicidade étnica, social e política que disputavam espaços e poderes. O fato, porém, é que a abrangência do movimento, por ter sido uma expressão regionalista emergente das elites intelectuais curitibanas, ficou circunscrita (para não dizer condicionada) ao “Paraná tradicional”, quer dizer, a Curitiba, capital do estado, e regiões próximas.

Porém, ao mesmo tempo em que os paranistas se empenhavam na comunicação de uma identidade simbólica e intelectualmente construída para o Paraná, o principal elemento concreto do entorno natural que a sustentava começava a rarear. A partir da década de 1930, a indústria da erva-mate, base da economia paranaense do século XIX, foi sendo substituída por um modelo econômico pautado no café e na madeira. O potencial econômico das florestas fez com que a indústria madeireira se expandisse pelo interior do estado. Com a colonização do norte e do sudoeste do Paraná e a ampliação da malha viária e ferroviária, as florestas passaram a ser devastadas.

Contudo, um dos efeitos do Movimento Paranista, em termos de produção de sentido em longo prazo, foi promover uma espécie de descolamento perceptivo da araucária em relação à floresta a que pertence. Desde então a araucária importaria muito, mas o conjunto da floresta nem tanto. A

araucária se tornaria a árvore-símbolo do Paraná, mas a floresta na qual ela proliferava seria apenas recurso para o desenvolvimento econômico do estado.

CAFELÂNDIA VS. ARAUCARILÂNDIA

A ocupação do estado a partir do século XX, segundo Bahls (2007), representava a chegada do “progresso”, mas ao mesmo tempo trazia prejuízos ambientais, pois o rápido desaparecimento dos pinheirais alterava significativamente a paisagem que tanto inspirara os paranistas. A destruição das matas paranaenses, no entanto, não passou despercebida, ao menos não aos olhos de Romário Martins (1874-1948), um dos fundadores e o maior ideólogo do Movimento Paranista. Martins deixou mais de 70 obras publicadas, a maioria sobre a história do Paraná. É no conjunto da sua obra que podemos perceber um discurso que entremeia a exaltação do progresso, da civilização e da modernidade e da importância da proteção do meio ambiente, ora como processos interdependentes, ora com sobreposição do primeiro sobre o segundo.

Martins colaborou na redação do primeiro Código Florestal criado no Brasil. Foi um código estadual (Lei n.º 706 de 01/04/1907) que, a bem da verdade, nunca saiu do papel. De toda forma, a elaboração do documento expressava a necessidade de um ordenamento legal para as práticas do extrativismo florestal no estado. O caráter originalmente pragmático e utilitarista do Código de 1907 fica mais evidente na sua revisão, ocorrida doze anos depois. A Lei n.º 1893 de 11/04/1919, de autoria de Martins (1944), propunha o reflorestamento das áreas dizimadas e a formação de bosques industriais. Para ele, seriam iniciativas salvadoras, já que deslocariam uma demanda crescente por madeiras nobres, ao mesmo tempo em que reconstituíam artificialmente as florestas nativas derrubadas. A questão, no entanto, é que esse reflorestamento deveria ser feito com espécies de rápido crescimento, como a nativa bracatinga (*Mimosa scabrella*), e exóticas, como o eucalipto (*Eucalyptus*). Ou seja, Martins propunha a formação de bosques homogêneos, a despeito dos impactos que eles poderiam provocar no solo e nas nascentes e cursos d'água que o código pretendia proteger. Em 1926, Martins propôs um novo projeto de lei que “Reorganiza o código florestal e consolida as demais leis vigentes sobre a exploração de madeiras”. A novidade do documento é que, ao par da regulamentação das florestas protetoras e das florestas de exploração, descritas nos códigos anteriores, aparecem as reservas florestais, que seriam “as constantes de áreas pelo governo determinadas para perpetuarem o sertão paranaense isento de alteração na sua fisionomia natural” e cuja “finalidade será exclusivamente documentativa: científica, moral e estética”. Contudo, esse projeto não foi aprovado.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

Segundo Westephalen (1984), o empenho legislativo mobilizado por Martins, ao longo do tempo entre as oito vezes em que teve mandato como deputado estadual, em prol da preservação das florestas paranaenses fez com que fosse interpretado como o “primeiro ecologista do Paraná”. Essa visão, segundo Martins (2013) é um tanto controversa e pode ser contrastada com uma série de artigos de Martins publicados em 1923, sob o título *Cafelândia ou as terras das glebas de ouro (Impressões de viagem)*.¹⁰ Martins exaltava os pioneiros, que seriam os primeiros grandes proprietários que colonizaram a região norte do estado, descrevendo-os como:

...yankees brasileiros, netos de bandeirantes, herdeiros directos das energias assombrosas dos que fizeram a penetração do Paraguay, descobriram o Piauhy, as minas de Sabará e Paracatu, as solidões de Cuyabá e de Goyaz, percorreram o Rio Grande do Sul, no norte do Brasil chegaram ao Maranhão e ao Amazonas e tendo galgado a cordilheira peruana "atacaram os hespanhoes no amago dos seus dominios", Saint'Hilaire - poderiam realizar, seguidos de audazes mineiros, essa investida contra as mil dificuldades e os mil perigos do sertão paranaense. (Martins 2013)

Para Martins, seria de tal cepa a “raça de gigantes” responsável por dominar e conquistar o “agressivo e maravilhoso” sertão “para o progresso e a civilização” do Paraná:

Attrahidos pela magnificencia sem par das terras roxas do Norte do Paraná e estimulados, quiçá, pelas proprias dificuldades que lhes offerencia a aggressividade titanica da floresta imensa, - paulistas e mineiros realizaram , nessa Terra das Glebas de Ouro, uma das mais formidaveis afirmações das suas actuaes energias. (Martins 2013)

Nos escritos de Martins (2013), as florestas da região, apesar de sua “majestade e opulência inexcelsível”, destacavam-se mais por terem sido derrubadas pelos conquistadores para que ali pudessem ser produzidas as “opulentas lavouras de café”. O episódio dessa ocupação territorial e da instalação dos cafezais foi descrito como uma batalha entre as florestas e a “fortaleza do braço” e a “inteligência” daqueles que as abateram: “Ainda hoje se pode ver, às margens da estrada de rodagem [...] com que gigantes teve de lutar o homem que transformou em lavouras vitoriosas a selva bruta de toda a região do Norte do Paraná”.

Martins se mostrava, no entanto, sensível às perdas que tal empreendimento causava à natureza local:

É notavel o desaparecimento de grande numero das especies faunisticas da região, devido ao rapido desflorestamento. Meio antes propicio á vida de aves e mammiferos devido á sua magestosa vegetação arbórea, á profusão das aguadas e ao clima, está hoje quase inteiramente

¹⁰ MARTINS, Romário. *Cafelândia ou as terras das glebas de ouro: impressões de viagens: 1923*. Edição, introdução e notas; Antonio Paulo Benatte, Nelson Dacio Tomazi. Londrina: Eduel, 2013. Vale reproduzir a nota de rodapé n. 5 do referido livro: “Estes artigos reunidos foram encontrados no acervo do Museu Paranaense, sob a forma de recortes de jornais colados em um caderno escolar da época, de capa dura. Não há referência de onde foram originalmente publicados. Neles se encontram algumas anotações e correções feitas, imagina-se, pelo próprio autor. Este achado ocorreu em 1995, quando o prof. Nelson D. Tomazi pesquisava documentação para sua tese de doutorado”.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

transformado, como é natural, com a substituição, quase integral, da mata virgem pelas lavouras.

Assim é que ao viajôr daquellas paragens não se deparam senão escassos representantes de uma fauna que, por força das condições naturaes da região toda, foi sem duvida muito abundante e variada. (Martins 2013).

Mas, o sacrifício mencionado, segundo suas próprias palavras, não fora de todo inútil. Os animais e a mata virgem haviam sido substituídos por uma riqueza que ele descreveu como sendo incomparavelmente maior. Tratava-se de uma lavoura representativa da prática da agricultura moderna e racionalizada, quer seja, “uma cultura científica e modelar” – muito diferente das roças improvisadas dos sertanejos:

O machado, o fogo e o tempo que a destruíram [a floresta], foram o ferro e o fogo que fazem o progresso e que levantam civilizações e não as armas fáceis quase inúteis com as quais o sertanejo imprecavido derriba-a e incendeia para sobre suas cinzas plantar a gramínea das suas roças precárias e cada vez mais exigentes de novos sacrifícios, de novas destruições de vidas florestais. (Martins 2013)

Ao ressaltar esses trechos da obra de Martins, é importante lembrar que se tratava de uma narrativa em moldes jornalísticos sobre a formação da região cafeeira no “norte pioneiro” do Paraná. O progresso pautava o seu discurso. De uma forma ou de outra, e em relação a todos os recantos do estado, esse argumento manteve-se marcado por uma racionalidade produtivista. Fosse ela ordenada legalmente por práticas de extração da madeira, com o estabelecimento de áreas florestadas especificamente designadas para diferentes finalidades (proteção, exploração e preservação), fosse pela liquidação da floresta, se necessário, para abrir espaço para a sua modernização civilizatória. Martins (2013) não desconhecia a fatura ambiental que as bases do empreendimento apresentaria, mas ainda assim considerava valer a pena. Injustificável seria desperdiçar os recursos que a natureza havia “generosamente” doado aos paranaenses que, no caso do norte do Paraná, eram as terras, as “melhores terras agrícolas do mundo”, segundo ele.

A floresta no norte do Paraná, segundo Sonda (2013) não era de araucárias, mas igualmente sucumbiu em curto intervalo de tempo e foi substituída por extensas plantações de café. Mas ali o objetivo era sobretudo o de uso do solo, tanto que a maior parte da cobertura florestal da região “sequer foi economicamente aproveitada,” tendo sido queimada ou, conforme Martins, jazida como “gigantes” tombadas nas margens das estradas.

Escritos na mesma época, a **cafelândia**, descrita, louvada e exaltada por Martins em 1923, seria uma forma de reverso da **araucarilândia** que o pesquisador naturalista Francisco Carlos Hoehne (1882-1959) observou em viagem realizada nos estados do Paraná e Santa Catarina, em 1928. O intuito

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

desta viagem foi levantar mais informações científicas sobre a imbuía (*Ocotea porosa*), uma das espécies arbóreas que compõem a floresta com araucária.

De riqueza singular nas descrições das espécies botânicas encontradas na viagem, o texto de Hoehne (1930), em *Araucarilandia*, é mais que tudo uma denúncia-alerta sobre as consequências que as modificações na paisagem regional poderiam produzir em questão de poucas décadas. A sua viagem não se estendeu ao norte do Paraná, mas, com o que viu na região de Curitiba e no sul do estado, ficou evidente para ele a rápida ação devastadora sobre as florestas, promovida sobretudo pelas madeiras. Por várias vezes Hoehne criticou a forma imprevidente e predatória com que se exploravam as florestas nos dois estados:

Alguém disse que o nosso caipira é o semeador de taperas, fabricante de desertos e um inimigo das matas. Isso é exato. Além da instrução falta-lhe o instinto que caracterizava o aborígene. De perulário torna-se mau. O seu machado derruba e destrói anualmente – enquanto encontra – o quanto bastaria para dar fortuna a alguém mais ajuizado que soubesse aproveitá-lo. Assim procederam e continuam agindo os vanguardas da nossa civilização, que denominamos pioneiros e desbravadores do sertão. (Hoehne 1930)

Há aqui uma contraposição entre a percepção crítica de Hoehne dos pioneiros e desbravadores do sertão e a descrição de Martins, que os considerou a “raça de gigantes” que estaria domando a natureza bruta e selvagem do interior do Paraná e assim abrindo caminho ao progresso e à civilização. A escrita de Hoehne apresentava, na verdade, outras passagens que se opõem à postura ou, ao menos, ao discurso de Martins. Nesses termos, aos poucos somos levados a perceber diferentes sentidos e a reconsiderar camadas laudatórias de identidade.

Enquanto Martins (2013) concluía o texto *Cafelândia* clamando pela construção de “uma estrada de ferro directa do Rio Paranapanema á Curitiba, [que] será a duplicação imediata de nossa economia; á multiplicação incalculavel, pelo tempo adiante, dos nossos melhores recursos financeiros; - o caminho mais curto para o Progresso!”, Hoehne via na expansão da malha ferroviária um impacto devastador sobre as florestas e a economia da população local:

Onde a estrada de ferro chega, as florestas recuam. As villas e as cidades que gozam dos seus beneficios, para o transporte das produções agrícolas e as communicações, recebem as madeiras e as lenhas de que carecem de pontos afastados, que não são servidos por ella, e tem de pagar, pelo seu transporte, sempre mais do que pelas mercadorias que exportam. (Martins 1944)

Embora tecesse agradecimentos a Martins “por tão grande prova de sympathia demonstrada” em sua passagem por Curitiba, Hoehne criticou severamente o poder público do qual Martins fazia parte:

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

Urge que os governos opponham um dique á onda devastadôra de madeiras, que ameaça transformar nossa terra em um deserto. As leis votadas e condensadas nos códigos florestaes do Governo Federal, dos Estados do Paraná e São Paulo, são magnificas, quanto ao têor, mas são letra morta diante do que observamos.(Martins 2013)

Hoehne abriu vazão ao longo do texto ao que chamou de “carradas de razões” que o deixavam alarmado em relação ao trato descuidado para com a flora do Paraná e de Santa Catarina. Por fim, com certo tom profético, Hoehne fechou o texto de *Araucarilandia* da seguinte forma:

A imbuia é uma arvore que desaparecerá com o pinheiro-do-paraná dentro de cinquenta anos, se providencias enérgicas não forem tomadas desde já pelos governos estaduais e federal e interesse não for despertado entre os particulares no sentido de protegê-las e replantá-las. Que providencias sejam tomadas imediatamente, é o que desejamos ao entregar esse relatório ao público. (Martins 2013)

Só que as tais providências não foram tomadas...

NOVOS SENTIDOS (E EM CONGRESSO) PARA A ARAUCÁRIA

Se o pinheiro-do-paraná tombava incessante e indiscriminadamente em meio ao desmatamento, na prática discursiva e na produção simbólica continuava firme o propósito de fundamentar um sentimento regionalista, embora o viés utilizado seguisse noutra direção. É o que se percebe a obra intitulada *Paraná vivo*, de 1953, do professor Temístocles Linhares, outro intelectual de influência no pensamento paranaense. Ainda que preocupado com a significativa redução da cobertura florestal do mundo em geral, mais especificamente com a do estado, Linhares produz um novo sentido para a árvore considerada símbolo da identidade de seu povo:

[...] deixando para trás o tempo em que o pinheiro não passava de simples motivo de inspiração de poetas idílicos que procuravam se ajustar à natureza circundante, para ver nele ora “uma taça erguida para a luz”, ora um vulto senhorial a quedar-se firme e ereto diante do tufão e do raio, quando era posta em jogo a sua qualidade de presidente do Supremo Tribunal Vegetal, título que lhe conferiu o poeta Raul Bopp, se não nos falha a memória. O pinheiro limitado às puras cogitações poéticas, assim, se reduz hoje a tema puramente mitológico, a inocente divertimento com que povoavam a imaginação dos nossos coevos, mergulhados no contemplativismo mais infenso a qualquer espécie de concepção utilitária de conforto e bem-estar, se bem que inconscientemente estivessem eles propagando a preservação de nossas florestas. (Linhares 2000)

A ideia de que o discurso paranista estivesse de alguma forma propagando a preservação das florestas é muito questionável. A pura e simples eleição da araucária como árvore símbolo, vista do presente como um lugar simbólico de proteção ecológica, ao que tudo indica pode revelar outras justificações. O que chama a atenção, no entanto, é que Linhares de fato abandonava uma representação puramente poética e alegórica da araucária, erigida por paranistas de outrora, e destaca o

seu potencial para a economia regional, a exemplo, sobretudo, da fábrica de papel de Monte Alegre.¹¹ Para Linhares, o reflorestamento, tal como implantado pela Cia. Monte Alegre, e a industrialização promoveriam o desenvolvimento do estado e do homem paranaenses, ou seja, abririam espaço para uma “civilização do pinheiro”. O uso das reservas florestais deveria ser racional, para evitar desperdícios, como acontecia com a madeira que era deixada tombada na floresta por falta de meios de transporte. Deveria ser realizado mediante reposição, para que a proclamada civilização tivesse durabilidade.

Na verdade, o discurso paranista da década de 1920, empenhado na construção de símbolos para a identidade regional, estava sendo substituído na década de 1950 por outro de expressão identitária, fundado muito mais na afirmação de grandeza e de prosperidade do Paraná. Durante as comemorações do centenário da emancipação do estado, grandes obras foram realizadas, com pretensões de se tornarem marcos memorativos para a posteridade.¹² O discurso recaía então sobre os emblemas da modernidade que deveriam ficar visíveis, por exemplo, a arquitetura da capital, mas também a prosperidade econômica que se concentrava no interior do estado, mais especificamente nas atividades relacionadas à cafeicultura, e, sobretudo, na necessidade de integração política dos novos habitantes no interior do território paranaense.

Naquele contexto, um evento importante para o debate em torno da situação das florestas do estado foi a realização do 1º Congresso Florestal Brasileiro, em 1953, “sob os auspícios” do Instituto Nacional do Pinho (INP).¹³ Àquela altura, os problemas florestais eram mais do que evidentes para o conjunto da sociedade paranaense, de forma que não era preciso ser botânico, engenheiro florestal ou ter uma sensibilidade apurada para perceber o ritmo intenso de desmatamento que se praticava na porção sul do país. O advento das duas guerras mundiais, que impulsionaram a exportação madeireira; a expansão da fronteira agrícola em direção às regiões norte, centro-oeste e sudoeste do Paraná, acompanhada da ampliação das redes viárias e da reocupação colonizadora desses amplos territórios; o crescimento demográfico; a consolidação do setor industrial madeireiro – todos estes pontos compunham a conjuntura que atravessava e se imiscuía na derrubada das matas nativas do estado.

¹¹ Atual Klabin S.A., localizada no município de Telêmaco Borba/PR.

¹² Temístocles Linhares e Wilson Martins publicaram as suas obras *Paraná Vivo*; sua vida, sua gente, sua cultura (Rio de Janeiro: José Olympio, 1985) e *Um Brasil diferente* (Curitiba: SEC, 1989), respectivamente, nesse contexto. Ambos corroboravam a tese da “singularidade” da população e do território paranaenses, em contraposição a um momento anterior da história regional, marcado pela sua condição de adendo político e econômico de São Paulo.

¹³ O Instituto Nacional do Pinho foi uma autarquia de natureza paraestatal, criada em 19 de março 1941, pelo Decreto-lei n.º 3.124, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O seu objetivo era atender e proteger os interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no primeiro momento, e desses setores relacionados também a outras madeiras e ao estado de São Paulo, a partir de 1942.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

A classe madeireira, segundo Velloso (1954), patrocinadora do congresso por meio de sua representação oficial (ou seja, o próprio INP), ao reunir todos aqueles técnicos, estudiosos, empresários do ramo e políticos, buscava uma resposta pragmática, “uma ordenação metódica, dos processos de exploração de nossas matas”. O objetivo, conforme explicitado no regulamento do congresso, era “o exame dos principais problemas que afetam os trabalhos florestais no Brasil, as dificuldades da classe madeireira”.¹⁴ Ainda que a exploração racional das florestas fosse o mote que direcionaria para o estabelecimento de uma efetiva política florestal brasileira, cabe mencionar que na apresentação dos anais havia uma preocupação “com as modalidades técnicas de preservação e, sobretudo, de recuperação e reflorestamento, das áreas já devastadas”.

A organização do congresso foi marcada em três eixos temáticos: Comissão de Ciência Florestal, com a apresentação de 21 trabalhos; Comissão de Economia Florestal, com nove trabalhos; e Comissão de Política Florestal, na qual foram apresentados 18 trabalhos. Cada um dos três grandes leques foi subdividido em vários outros temas, tais como: valor e utilidade das florestas; o reflorestamento de aplicação industrial; ecologia florestal; forma de exploração racional das florestas; mercados; legislação florestal; parques florestais etc.

O evento foi realizado de maneira colaborada com a Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná e, portanto, alcançou grande repercussão política. Estiveram presentes na solenidade de abertura o Governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, representantes dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, e dos Estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, da FAO, secretários de Estado, deputados, além dos representantes do INP e congressistas.

O discurso do presidente do INP, Pedro Salles dos Santos, proferido em linguajar rebuscado e laudatório à pátria, enfatizou a importância das florestas para as nações e de uma ação imediata dos contemporâneos. Caso contrário, se não se cumprisse o dever de transmitir para as gerações futuras o patrimônio natural, seria “dolorosamente melancólico” merecer a censura póstuma que recairia sobre eles. Mas, o tom geral de sua fala foi obviamente de louvor à atuação do INP. Afirmou o empenho da autarquia em “assentar as bases de uma política suscetível de condicionar a exploração racional das madeiras comercializáveis”, de forma que a retirada anual para o atendimento das exigências do mercado interno e externo não comprometesse as reservas florestais do país. A inspiração para tanto viria da prática corrente realizada “com sucesso integral, pelos povos que fazem da floresta uma fonte

¹⁴ CONGRESSO Brasileiro Florestal 1953. Regulamento do 1º Congresso Brasileiro Florestal. Anais... p. 13.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

perene de riqueza, capaz de renovar-se indefinidamente”.¹⁵ O presidente do INP, contudo, deixava claro que havia certo barulho questionador acerca não só da proeza devastadora empregada pela classe madeireira, como também da forma como o trabalho do INP estava sendo conduzido:

Essa reunião mostra, antes de tudo, que não somos daqueles que fecham os ouvidos aos alvitreiros alheios, escudados em falsa noção de suficiência. Antes, nos achamos aqui para recolher ensinamentos, que reputamos preciosos, afim de levarmos a cabo uma façanha de monta, seguros de que perlustramos o verdadeiro caminho. (Santos [s.d.])

O problema, certamente, não era de surdez, mas talvez de incompreensão das muitas vozes vindas de fora do INP, que denunciavam o iminente esgotamento das reservas florestais do estado, sobretudo do pinheiro que dava nome ao Instituto. Para Santos, o INP cumpria a rigor o seu papel:

O Instituto Nacional do Pinho entrou em propugnar pela preservação e reconstituição das reservas florestais do país. Limitando a produção madeireira, de acordo com as necessidades de consumo e da exportação, tendo em vista a capacidade dos transportes, logrou a Autarquia poupar a derrubada inútil um considerável número de árvores, cujo valor se expressa, hoje, em índices fiduciário, num terço do meio circulante nacional. Reduziu o Instituto Nacional do Pinho, de pronto, à metade, o desfalque anual, que se verificava em nossas florestas. Essa circunstância, por si só, estaria a justificar a criação da Autarquia madeireira. (Santos [s.d.])

Essa afirmação foi contestada no decorrer do próprio congresso. É difícil imaginar que os dirigentes do INP não soubessem que, ao abrir o debate para a sociedade, viriam à tona as tensões e contradições políticas, econômicas e ambientais criadas em torno do regime de expansão territorial da exploração madeireira e da diversificação de suas atividades. Destacamos do universo riquíssimo de contribuições que constam nos anais do evento três trabalhos que criticam severamente o INP e a sua política florestal e outro que, falando de dentro do próprio INP, corroborou com a posição do presidente da autarquia.

Uma das comunicações que se contrapôs diretamente ao pronunciamento Santos foi a de Reinhard Maack, famoso geógrafo alemão, que dedicou a maior parte da sua vida ao estudo e mapeamento da superfície e da flora do Paraná. Ele expôs a sua tese na Comissão de Ciência Florestal. No trabalho intitulado “O aspecto fitogeográfico atual do Paraná e considerações sobre o problema do reflorestamento” (Maack 1953), Maack apontava o fato de ser o Paraná o único estado brasileiro que contava, naquele momento, com um mapa fitogeográfico. Ou seja, uma perfeita descrição cartográfica da composição e distribuição das associações vegetais climáticas locais.¹⁶ O mapa não era apenas uma contribuição científica sem precedentes no país, mas também uma ferramenta de análise que

¹⁵ SANTOS, Pedro Salles dos. Sessão solene de instalação. *Anais...* p. 40.

¹⁶ O mapa fora produzido em 1950 pelo próprio Maack, organizado e desenhado pelo Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, em colaboração com o INP.

evidenciava as rápidas e significativas modificações da cobertura florestal do Paraná. Maack descreve que, da região primitiva das matas, 100.457 km² correspondiam à mata de lei (matas pluviais tropicais e subtropicais), ricas em perobas, canelas, pau marfim, cedros e muitas outras essências, e 76.280 km² à mata de araucária, ricas em pinheiros, imbuías, cedros e outras madeiras, bem como ervais. Dos 176.395 km² de matas que cobriam a superfície do Paraná, Maack apontava que, até 1953, 87.990 km² já haviam sido destruídos. Destes, 48.556 km² pertenciam à mata de araucária. Os números que mais impressionam revelam que daqueles 87.990 km², haviam sido devastados 49.190 km² apenas entre 1930 e 1950. O ritmo do desmatamento era realmente assustador em todas as regiões do estado, principalmente no norte e no oeste, onde as florestas estavam sendo rapidamente substituídas pelas plantações de café.

Contudo, desde que se proclamou, há cem anos, a emancipação política do nosso estado, a **indústria madeireira não tomou nenhuma medida no sentido de compensar o consumo anual através do reflorestamento**, nem mesmo se preocupou em proteger grandes regiões de capoeira para garantir uma regeneração natural da mata. **Dado este procedimento irresponsável, a indústria madeireira está-se destruindo a si mesma.** Neste caminho transformará, em pouco decênios, o país de exportador de madeiras, em importador deste produto. Nem palavras floreadas, nem otimismo podem encobrir o fato de que as futuras gerações do Estado do Paraná [sic] terão que importar madeira durante um período de 100 anos, mesmo que atualmente se desse início a um intenso e extenso reflorestamento. Nos dias que correm, não se conhecem métodos, através dos quais se possa praticar um reflorestamento rápido e eficaz, com árvores regionais que formem madeira útil. Um pinheiro requer pelo menos 80 a 100 anos e a peroba e imbuía várias centenas de anos para fornecerem material de primeira qualidade e que sirva à indústria madeireira.¹⁷ (grifos nossos) (Maack 1953)

Maack questionava os dados fornecidos pelo serviço estatístico do INP, uma vez que não corresponderiam ao índice de desmatamento observado em campo. As poucas iniciativas de replantio do pinheiro, por exemplo, nem de longe supririam a sua demanda em longo prazo. Além disso, o método de replantio utilizado, com mudas muito próximas umas das outras, forneceria matéria prima apenas para a fabricação de celulose, e não a madeira de primeira classe utilizada na indústria madeireira.

O problema maior de desmatamento para Maack estava, no entanto, relacionado à questão climática, uma vez que, segundo ele, a presença da floresta é o que garante o ciclo da água e, conseqüentemente, a própria produção agrária. A baixa do nível das águas subterrâneas e das nascentes já se fazia sentir. Estava em jogo também a preservação da fauna primitiva. Mas, esses eram “problemas complexos” que não podiam ser tratados naquela curta comunicação. O que ele precisava garantir que fosse dito – no fórum daquele congresso, considerando que essa era uma proposta de “manejo florestal” que Maack (2012) já vinha defendendo – era a necessidade premente de reflorestamento. O

¹⁷ MAACK 2013, *Anais...* p. 150-1.

método mais rápido e mais barato que ele indicava era o de aproveitamento das extensas áreas de capoeira que sobravam após as matas serem derrubadas e queimadas. A essas áreas deveria ser conferida a chance de regeneração natural. Melhor resultado se obteria se nelas fosse feito o plantio de pinheiros, imbuías e cedros, pelo fato de essas espécies procederem de florestas mistas. Maack considerava a necessidade de que houvesse as florestas de pinheiro de plantio enfileirado e as de eucalipto para atender a um mercado específico, que não englobava as demandas da indústria madeireira. Fundamental, acima de tudo, era a proteção das matas virgens pelo estado. Mas, aqui outro problema se impunha, pois a maior parte das florestas que restavam era de propriedade particular. Cabia ao estado então garantir a imposição de uma reserva mínima de 20 a 25% da vegetação primitiva em todas as propriedades e rever a cobrança de impostos municipais e estaduais que, em relação às terras utilizadas para produção de cafezais e pastos, por exemplo, eram dobrados para as terras revestidas de matas.¹⁸

Outro trabalho bastante provocativo foi o do agrônomo Pedro J. Costa Muniz, Chefe da Divisão Florestal do Estado do Paraná. Foi apresentado na Comissão de Política Florestal, sob o título “Considerações em torno da política de reflorestamento adotada pelo Instituto Nacional do Pinho” (Muniz 1953). Após historiar a criação do INP, a propósito de atender às necessidades de coordenar e disciplinar a atividade madeireira no sul do país, ponderou que, ao ajudar a controlar a superprodução da indústria madeireira que apenas prejudicava e onerava os interesses da nação, as ações do INP tivessem gerado resultados positivos para a causa florestal. Mas, ele enfatizou que o seu objetivo era “tecer considerações em torno da ‘política florestal’ pura, adotada pelo INP, sem relação com os atos administrativos de ordem econômica”. Apesar dessa explicação, a questão econômica acabou permeando toda a sua crítica.

Muniz prosseguiu com a sua argumentação dizendo que de fato não imputava ao INP uma responsabilidade direta de promover o reflorestamento tal como se entendia, porém, segundo o seu decreto de criação e sobretudo o que o reorganizou, o de n.º 4.813, coubera-lhe restaurar as fontes supridoras de matérias primas às indústrias, as quais o financiavam. A política reflorestadora adotada pelo INP, a partir de 1944, foi a de adquirir terras e criar oito parques (três no Rio Grande do Sul, dois no Paraná, um em Minas Gerais, um em Santa Catarina e um em São Paulo) para a produção de mudas para plantio. Contudo, alertava Muniz, considerando a quantidade de pinheiros e áreas desflorestadas, tal política de parques era “mesquinha e inexpressiva” e “débil, cara e perigosa”. Considerava-a perigosa

¹⁸ Uma análise da percepção ambiental de Maack pode ser encontrada em CARVALHO, Eli Bergo de. A crítica ambiental de Max Von Lassberg e Reinhard Maack. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, n. 19, 2º sem. 2012.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

pelo fato de pesar sobre ela “o futuro industrial da madeira”. E também porque considerava evidente que a destinação dos 40% da arrecadação do INP, que correspondiam ao Fundo de Reflorestamento, deveriam ser empregados em tal fim, o que não estava acontecendo. A política de parques seria onerosa pelo fato de que, dos 11.872 ha totais dos oito parques, de 1945/6 até 1950 apenas 3.839 ha haviam sido cobertos com aproximadamente 20 milhões de pinheiros, com idades variáveis e com no máximo 6 anos. Ou seja, a contribuição do INP para o reflorestamento do país não passava de 640 ha por ano e de “3 milhões teóricos de pinheiros” anuais. Era pouca a produção para um custo muito alto, já que, além dos gastos com patrimônio e custeio, os parques já haviam custado, até 1950, 26 milhões de cruzeiros. Mesmo em longo prazo, considerava um investimento incerto, pois ainda não se tinha conhecimento suficiente sobre a “biologia da nossa araucária”. Ou seja, pairava a dúvida se todo aquele montante teria o retorno previsto na forma de árvores e madeira.

Para Muniz, a questão chave para entender a aplicação dessa política florestal estava diretamente relacionado à esfera administrativa do INP, muito mais do que aos seus órgãos técnicos:

Desde a criação do INP, todos os atos estão sujeitos à aprovação da sua Junta Deliberativa, inclusive os de ordem técnica.

Sendo a Junta Deliberativa constituída exclusivamente por industriais e madeireiros, pouca probabilidade terá de vencer qualquer ponto de vista técnico, que não sintonize com os interesses da maioria dos membros e das classes que representam. (...)

E pode isso ser comprovado, porque nas tentativas levadas a efeito para que a Autarquia modificasse os seus pensamentos relativamente à política preferida, destinando parte de seus recursos para aplicar em outros setores, no serviço de proteção, defesa, ensino, etc, nunca encontrou o eco preciso nos seus órgãos máximos. (Muniz 1953)

A crítica do chefe da Divisão Florestal do Estado do Paraná recaía sobre a estrutura organizacional do INP que, ao vetar toda e qualquer ação que não assegurasse benefícios diretos e imediatos ao setor madeireiro, acabava engessando o seu funcionamento. Vale lembrar que a junta era composta pelo presidente do Instituto, um representante do governo estadual e outro dos produtores, industriais e exportadores de pinho de cada um dos três estados do sul; a partir da aprovação da sua Lei Orgânica, em 1942, a junta incluiu também representantes de São Paulo.

Deste modo, além de uma intervenção no campo da defesa florestal, ou seja, de ações voltadas à proteção das florestas, Muniz propunha a criação de uma junta técnica do INP que tivesse autonomia em relação aos assuntos pertinentes à sua esfera de atuação e pudesse “debater em igualdade” com a junta deliberativa. Essa junta técnica deveria também gerir o uso do fundo de reflorestamento, uma vez que o INP vinha aplicando o mesmo “indevidamente, em outros setores de economia, sob frágeis

alegações de assim estar **contribuindo para a economia de nossas matas**” (grifo do autor). Muniz (1953) evitou ser direto quanto ao uso indevido desses recursos e apenas o sinalizou: “sem citar as aplicações vultuosas de capitais do Fundo, em apreço, em Entrepostos, etc., sob o argumento sofismado de ‘economia florestal’”.

Para Muniz (1953), não restava dúvidas de que “a Autarquia não dedica[va] o interesse devido à causa do reflorestamento e ao futuro da indústria madeireira”. Nas conclusões de sua comunicação, reitera “que o INP pela sua própria condição de órgão controlador da economia madeireira, não pode, sem conflitos de interesses em jogo, cuidar do reflorestamento em sua mais ampla forma”. Retoma as considerações, pontuando-as na forma de denúncias, e termina afirmando ser

Indispensável e patriótico que o Instituto Nacional do Pinho se integre, definitivamente, como a única força capaz presentemente, numa campanha de grandes proporções e que se afaste de sua política unilateral, dando início à formação de uma mentalidade florestal construtiva no país. (Muniz 1953)

Embora outras comunicações apresentadas no congresso criticassem o desmatamento e a falta de ação ou reação do poder público, o teor da comunicação de Muniz foi bastante austero em relação à atuação do INP, o que certamente desagradou os organizadores. Tanto foi assim que nenhuma das suas propostas foi incorporada na seção de “Proposições, Moções e Recomendações apresentadas e aprovadas pelo plenário do 1º Congresso Florestal Brasileiro”, que consta nos anais do evento.

Mas, a política florestal do INP foi alvo de crítica e o tema central em outra comunicação, intitulada “Comentários sobre preservação e recuperação das espécies industrializáveis”, assinada pelo Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tanoaria no Estado de Santa Catarina.¹⁹ No entanto, a argumentação seguia, obviamente, outra vertente.

Segundo o sindicato, o grave problema do desflorestamento em voga no país não estava relacionado aos madeireiros. Isso porque os donos de serrarias, não tendo recursos para comprar as terras, só compravam as árvores adultas que pudessem ser industrializadas, “deixando toda a outra vegetação intacta” para que pudesse se desenvolver e ser posteriormente utilizada. “O madeireiro sempre tem sido intitulado muito injustamente de ‘fazedor de desertos’, ou de ‘destruidor de florestas’. Esta é uma infâmia, contra a qual todo o madeireiro se insurge”, postulava o sindicato.

O fazedor de desertos ou destruidor de florestas é o criador ou o próprio agricultor. Ainda hoje é hábito que o dono de terras povoadas de pinheiros, imbuías e outras essências industrializáveis vende ao madeireiro estas árvores e lhe concede um prazo razoável para retirá-las. Uma vez retiradas as árvores industrializáveis, o dono das terras vende-as, geralmente já

¹⁹ Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tanoaria no Estado de Santa Catarina. Comentários sobre preservação e recuperação das espécies industrializáveis. *Anais...* p. 349-52.

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

divididas em lotes coloniais, aos agricultores ou criadores. E estes não fazem outra coisa senão deitar abaixo tudo quanto é árvore e mesmo capoeira, para queimar e assim conseguem terras para lavoura ou criação.

O nomadismo de agricultores não era, segundo o sindicato, uma prática dos madeireiros, mas dos agricultores e criadores. Depois de algum tempo de uso, sem adotar os devidos cuidados com a adubação, abandonavam as terras pois essas seriam improdutivas e se lançavam em busca de outras, adentrando cada vez mais o interior. Com eles, seguiam as serrarias clandestinas, as quais tinham que agir rapidamente e, portanto, derrubavam tudo que encontravam pela frente. Mas, a culpa recaía principalmente sobre o desejo de alguns “municípios essencialmente madeireiros” de se tornarem agrícolas ou pecuaristas num curto intervalo de tempo, ou seja, entre 10 ou 15 anos. Assim, “só mesmo à custa da destruição das florestas”.

Para os representantes do sindicato, de nada adiantariam a política de reflorestamento do INP, com “o plantio maciço em ‘parques’ isolados”, e mesmo a existência de um Código Florestal “dos mais completos e bem redigidos do mundo”, se uma outra orientação prática não fosse tomada. Espelhado em países como a Suécia, Finlândia, Alemanha, Áustria entre outros, cujas economias baseavam-se na exploração florestal, o Brasil deveria, por meio dos governos federal, estadual e municipal, investir na aquisição de áreas para a formação de maciços florestais. Cada município deveria ter parcela do seu território reservada “exclusivamente” para a preservação florestal, a qual deveria ser florestada ou reflorestada com verbas provenientes dos governos estadual e federal e das próprias madeireiras. Tendo em vista o nível de consumo, essas áreas logo poderiam ser utilizadas, não precisando com isso que as próximas gerações tivessem que importar madeira. Ainda que parcialmente, o sindicato sugeria que tal proposição fosse colocada logo em prática, uma vez que

O INP, já dispondo de fundos especiais para o serviço de reflorestamento, oriundos de contribuições de madeireiros, **os quais com essa contribuição devem ficar isentos das obrigações do Código Florestal**, poderá dar início ao plano de reflorestamento geral em todos os municípios madeireiros. (grifo nosso)

Somados os esforços de todas as esferas do poder público, criadas melhores vias de transporte, incentivadas as iniciativas particulares de formação de novas florestas de valor econômico, atendida “a necessidade imediata de controle da derrubada de árvores e destruição das matas e, **se necessário**, como primeira medida preventiva, fecha[das] sumariamente as serrarias clandestinas” (grifo nosso), não seria preciso, segundo o sindicato, “alimentar temores sobre o futuro de nossa riqueza florestal”.²⁰

²⁰ Ibidem.

Do ponto de vista da indústria madeireira, ou pelo menos deste Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tanoaria no Estado de Santa Catarina, o problema eram os outros. A devastação florestal teria sido promovida por agricultores e pecuaristas na ânsia por novos quinhões de terra, já “limpas” das matas que as cobriam, e em sua imprevidência para cuidar do solo, para que ele continuasse a ser produtivo também em longo prazo. Eram eles que praticavam as queimadas e dizimavam as árvores jovens, impedindo a sustentabilidade do empreendimento da indústria florestal; seriam também responsáveis os prefeitos dos municípios madeireiros que estariam incentivando a derrubada das florestas para possibilitar agricultura e pecuária; o governo, em todas as suas instâncias, era culpado porque não investia na criação de florestas artificiais próprias; e o Instituto Nacional do Pinho não cumpria o seu dever de casa de promover o reflorestamento, pois a sua política de parques era muito limitada em vista da contribuição que os madeireiros lhe pagavam. Aliás, entendia o sindicato que, pelo fato de financiarem o INP, o Código Florestal não deveria valer para os madeireiros. Eles não deveriam, por exemplo, ter que manter a quarta parte, ou seja, a obrigação dos proprietários manterem 25% de seus imóveis com a cobertura da mata original, ou ter que pedir autorização prévia do governo federal para explorar as áreas com matas próximas de rios e lagos ou de estradas de ferro, tal como previa o código. A comunicação do sindicato no congresso foi congruente com o papel que lhe cabia, ou seja, defender os interesses da classe que representava, adorná-la com princípios éticos e patrióticos e tentar aliviar a preocupação de outros congressistas com o esgotamento das reservas florestais do país. Desde que os outros setores da sociedade tomassem as devidas medidas, o esgotamento não ocorreria, pois a indústria estava fazendo a sua parte.

Vale examinar a comunicação que representou oficialmente a posição do Instituto Nacional do Pinho no congresso. Foi apresentada também na Comissão de Política Florestal, pelo secretário geral do órgão, Lincoln Nery. Ao se considerar o vultoso consumo de lenha no Brasil, nem todo ele voltado aos usos industriais, Nery começou pontuando que cabia ao governo, por meio do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, cuidar do conjunto do patrimônio florestal do país. Ao Instituto Nacional do Pinho se reservava o empenho de zelar pelas árvores nobres, preciosas e raras, como o pinho.

Este zelo tem sido posto em prática, seja pela drástica redução do trabalho das serrarias, seja pelo plantio intensivo da Araucária e outras espécies. São as madeiras de construção, de embalagens e de fins industriais que interessam ao I.N.P. (...)

Não é a madeira plebeia que se faz cinza, depois de ter cosido uma refeição, ou que aquece uma lareira, em um melancólico serão invernososo, o objeto das cogitações da Autarquia madeireira. (Nery 1953)

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

Ou seja, enquanto aqueles que se dedicavam a produzir madeira para outras destinações, tais como lenha e carvão vegetal, estariam sob o controle e responsabilidade do Serviço Florestal do Brasil, a política de reflorestamento do INP estaria voltada única e exclusivamente ao setor da “exploração florestal das essências que produzem madeira para fins mais nobres ou de interesse econômico”. Dentro dos seus limites de atuação, o INP estava desempenhando as suas atribuições, reservando “40% da sua arrecadação bruta para o emprego específico que vem sendo realizado nos seus Parques e Hortos”. De igual modo, dedicava-se à educação florestal tanto nos centros madeireiros como em todos os ambientes possíveis, obtendo como resultado “a cristalização de uma mentalidade favorável a um planejamento de grande envergadura interessando a camadas administrativas e sociais”.

Representa acontecimento altamente auspicioso o fato de ter sido a realização do 1º Congresso Florestal Brasileiro concebida pela Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho. Embora a composição desse órgão, que traça a política econômica da Autarquia, obedeça à feição paritária, com a participação dos representantes dos governos estaduais e delegados dos sindicatos legalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, ainda assim, **é o Instituto Nacional do Pinho órgão dos interesses dos produtores, industriais e exportadores. A ideia do Congresso partiu da classe madeireira.** E isto significa que não se alheia essa comunidade trabalhadora ao interesse nacional do reflorestamento das espécies de valor comercial. (grifo nosso)

Mas, Nery reconhecia que, por mais que fizessem os madeireiros por meio da atuação do INP, sobretudo aplicando quase metade da sua arrecadação no reflorestamento, a classe sentia que as disposições legais vigentes não cobriam o déficit do que se retirava da floresta, a fim de manter as suas atividades. Por isso, havia resolvido “espontaneamente” reunir todos os que de alguma forma se dedicavam ou estavam relacionados à questão florestal no país. Realizadas as discussões, visavam entregar ao poder público sugestões e recomendações que pudessem contribuir “na solução do problema de preservação e da reconstituição das espécies nobres, precisamente aquelas que a indústria utiliza para o seu funcionamento de rotina”. Afinal,

Não quer a classe madeireira ser indiciada como defraudadora de um patrimônio comum a todos os brasileiros. **O seu machado foi e continua a ser instrumento civilizador.** Na trilha que ele abriu e ainda terá de abrir, para levar ao *hinterland* remoto os elementos propulsores do nosso imperialismo interno, caminha a seiva que alimenta a alma brasileira. (grifo nosso) (Nery)

Para o secretário geral do INP, os madeireiros não deveriam ser mal interpretados, pois na verdade seriam eles os verdadeiros desbravadores, aqueles que venciam os obstáculos florestais, abrindo rotas para que a civilização se estabelecesse no mais longínquo interior do Brasil. A sua ação seria sempre altruísta. Sendo “o madeireiro condômino das florestas, não quer[ia] ele promover danos aos co-proprietários da riqueza comum” e por isso a classe madeireira havia aberto o debate a todos os brasileiros preocupados com a questão florestal no país.

A verdadeira responsabilidade dos madeireiros deveria ficar clara para todos: “a de reporem as madeiras de uso nobre trabalhadas nas suas terras. Isso eles o querem fazer. Urge apenas que lhe demos possibilidades de ação efetiva e pragmática. Essa é a finalidade principal do 1º Congresso Florestal Brasileiro”, concluiu Nery. Ou seja, se o madeireiro tivesse comprado apenas os pinheirais em pé, como costumava acontecer, não deveria recair sobre ele o ônus do reflorestamento; se a terra lhe pertencesse, caberia ao poder público propiciar os meios para que ele repusesse as madeiras de primeira classe retiradas por ele mesmo de sua propriedade.

Minimizar os custos e os encargos da produção madeireira aparecem, de fato, como uma principais preocupações discutidas no congresso. Entre as recomendações finais do evento para o “Setor da Economia Florestal”, destacamos:

2.º) — Que os lucros cobrados sobre investimentos florestais, atendendo-se ao longo ciclo da exploração florestal e aos diminutos lucros auferidos, em todo o mundo, nessa exploração, sejam reduzidos ao mínimo possível, e ampliando ao máximo o prazo de liquidação dos empréstimos para os fins florestais;

3.º) — Que, além da modalidade dos empréstimos, nas condições indicadas, será recomendável instituir um prêmio por árvore plantada, prêmio dividido em quotas pagas da espécie cultivada, desde o plantio até o ponto em que a árvore seja considerada como incorporada ao patrimônio florestal explorável, constituindo-se um Fundo Florestal para isso;

4.º) — Que, além das modalidades acima e observando-se juros módicos, se promova o financiamento pela instituição de carteiras especializadas, para:

- a) fomentar as atividades madeireiras;
- b) regular o comércio da madeira;
- c) renovar e modernizar o parque industrial.

A maioria das 48 teses comunicadas no 1º Congresso Florestal Brasileiro expressava uma concepção que reduzia as florestas ao seu uso utilitário. Estava na pauta daqueles dias a discussão sobre como melhorar o aproveitamento das reservas florestais remanescentes e, ao mesmo tempo, a necessidade de incentivar a produção das espécies de valor econômico. Para isso, era importante quantificar os dados sobre o volume de madeira usável, por meio da promoção do saber científico especializado e racionalizado. Poucas vezes foram mencionadas a proteção das florestas nativas ou a sua importância para regularização do clima e do sistema hídrico e para a preservação da flora e da fauna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passaram-se 20 anos até a realização do 2º Congresso Florestal Brasileiro, que ocorreu novamente em Curitiba, entre os dias 17 e 21 de setembro de 1973. Nessa época, o Instituto Nacional

do Pinho já não mais existia. Fora extinto em 1967, tendo as suas reservas e atribuições sido transferidas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Ao longo do século XX, a floresta com araucária foi implacavelmente devastada. A situação dos seus remanescentes no estado do Paraná chega a ser dramática, uma vez que, apesar da importância das unidades de conservação criadas, continua a prática criminosa de corte e retirada seletiva de madeira de áreas protegidas.²¹

Mas, se a floresta com araucária virou madeira (ou móveis, ou fósforo, ou caixas, ou papel, ou cabo de vassoura, ou cinzas...), a árvore da araucária em si, o pinheiro-do-paraná, virou símbolo, o maior símbolo identitário do Paraná. Consta nos brasões de armas ou bandeiras de 20% dos municípios paranaenses e em incontáveis logomarcas de empreendimentos comerciais, industriais, recreativos, de ensino etc., públicos ou privados. Isso não se deve apenas à antiga abundância da araucária nesse território, o que implicou variados usos materiais, mas também às apropriações simbólicas e discursivas elaboradas e disseminadas simultaneamente sobre a espécie.

A araucária foi sendo ressignificada ao longo do último século como representação da identidade cultural, como marca do desenvolvimento econômico, mas também como emblema do desmatamento regional. Sob a ameaça de extinção, em meados da década de 1990 a araucária passou a se protegida pela legislação estadual (Lei n.º 11.054 de 11/01/1995) e, pouco mais de 10 depois, pela legislação federal de proteção à Mata Atlântica (Lei n.º 11.428 de 22/12/2006). A partir de então não se pode mais cortar pinheiros mas, por outro lado, também não se planta a árvore e não se deixa que ela cresça. Isso porque a proibição de seu aproveitamento futuro fez dela uma espécie malquista entre muitos agricultores e proprietários. A presença dela em suas propriedades é vista como um problema cuja melhor e mais rápida solução é a sua eliminação ainda no estágio de muda. A araucária é vista hoje por muitos paranaenses como linda e magnânima, desde que esteja no quintal do vizinho...

Tratam-se, portanto, de funções simbólicas e valores culturais não estanques, sobrepondo-se muitas vezes. Fora dos meios especializados, entre os quais determinados departamentos da academia, órgãos ambientais do estado e ONGs ligadas às questões socioambientais, praticamente não se ouve

²¹ Basta uma rápida pesquisa na Internet para se levantar tais informações. Como exemplo, vale digitar “Operação Angustifolia” para acessar as matérias veiculadas na imprensa sobre uma força-tarefa deflagrada em maio de 2009 pelo IBAMA, Polícia Federal e outros órgãos com o intuito de vistoriar áreas de desmatamento na região centro-sul do estado do Paraná. Na ocasião, várias pessoas foram presas, entre elas, políticos; foram apreendidos carregamentos de madeira, caminhões, trator, picador móvel e armas; serrarias foram embargadas e muitos autos de infração foram emitidos. Ver: <http://www.ibama.gov.br/noticias-2009/ibama-e-pf-deflagram-a-maior-operacao-de-combate-ao-desmatamento-do-pais-no-sul>

Alessandra Izabel de Carvalho; Robson Laverdi

falar em floresta com araucária. Por outro lado, a araucária continua a representar imagetivamente sobretudo Curitiba, a capital, mas também o estado como um todo.²² A imagem icônica da araucária, cuidadosamente cultivada na construção da memória e na identificação dos paranaenses, subsiste mesmo com o desmatamento e a destruição das florestas.²³ Essa densificação da memória institucionalizada em torno da araucária, apenas a separa da tipologia florestal a que pertence.

Para compreender tal construção, é preciso evidenciar a produção de sentidos presentes nestas representações, sejam elas por pessoas ou segmentos sociais, preocupados com os riscos que o desmatamento intensivo causaria (e continua causando) para a sociedade e o meio ambiente. Assim como pelos grupos de interesses que ao longo do tempo flagelaram a floresta com araucária. Paradoxalmente, esses grupos conseguiram esvanecer as suas responsabilidades sobre a devastação florestal, uma vez que tais imputações foram obscurecidas por discursividades centradas na espécie e na sua importância para o desenvolvimento econômico do estado.

REFERÊNCIAS

Carvalho MMX 2010. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese de Doutorado, UFSC.

Conclusões finais 1953. *Anais...* p. 60-61.

Harrison RP 1993. *Forests: the shadow of civilizations*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Hoehne FC 1930. *Araucarilandia*. Observações Geraes e Contribuições ao Estudo da Flora e Phitophisionomia do Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. Companhia Melhoramentos de S. Paulo, p. 6, 113.

Koch Z, Correa MC 2010. *Araucária: a floresta do Brasil meridional*. Curitiba: Olhar Brasileiro.

Langston N 2005. Reflections: on teaching world forest history. *Environmental History*; Vol. 10, p. 20-9.

Linhares T 2000. *Paraná vivo: um retrato sem retoques*. 3º ed. Curitiba: Imprensa Oficial, p. 92.

Maack R 1952. Plano de proteção das matas no Estado do Paraná. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, Rio de Janeiro, p. 55-68.

²² Na Copa do Mundo FIFA de 2014, por exemplo, Curitiba foi uma das cidades-sede dos jogos. O cartaz oficial do evento era composto pela estilização de uma araucária com bolas de futebol nas pontas de seus galhos.

²³ Um elemento a ser considerado nessa análise é o fato de que, mesmo em uma escala muito diminuída, os pinheiros ainda fazem parte da paisagem paranaense, tanto da paisagem natural (na forma de espécimes isolados, presentes no ambiente urbano, ou então na forma de bosques, característicos na zona rural) como da paisagem cultural (na forma de representações simbólicas que ainda servem de elementos da identidade regional), o que gera, ao olhar descuidado, a ilusão “de que ainda há muito pinheiro por aí”.

- Carvalho EBA 2012. Crítica ambiental de Max von Lassberg e Reinhard Maack: homens do seu tempo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, n. 19, p. 32-52.
- Martins R 2013. *Cafelândia ou as terras das glebas de ouro: impressões de viagens: 1923*. Edição, introdução e notas; Antonio Paulo Benatte, Nelson Dacio Tomazi. Londrina: Eduel, p. 27, 28, 32, 33, 63, 67.
- Medeiros JD, Savi M, Brito BFA 2005. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta. *Ombrófila Mista. Biotemas*, 18(2): p. 33-50.
- Muniz PJC 1953. Considerações em torno da política de reflorestamento adotada pelo Instituto Nacional do Pinho. *Anais...* p. 319-323..
- Nodari ES 2012. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: Franco JLA, et al. (orgs.). *História Ambiental: Fronteiras, Recursos Naturais e Conservação da Natureza*, Rio de Janeiro: Editora Garamond, p. 241-260.
- Pereira LFL 1997. Paranismo: O Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da I República. *Curitiba: Aos Quatro Ventos*, p. 88, 142, 143.
- Congresso Brasileiro Florestal 1953. Regulamento do 1º Congresso Brasileiro Florestal. *Anais...* p. 13.
- Santos PS dos [s.d.]. Sessão solene de instalação. *Anais...* p. 40, 43.
- Sindicato da Indústria de Serraria [s.d.]. Carpintaria e Tanoaria no Estado de Santa Catarina. Comentários sobre preservação e recuperação das espécies industrializáveis. *Anais...* p. 349-52.
- Sonda C, Bergold RC 2013. Paraná: terra, floresta e gentes. In: Porto L et al. (org.), *Memórias dos povos do campo no Paraná*. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, p. 21-22.
- Temístocles L, Martins W 1985. *Paraná Vivo; sua vida, sua gente, sua cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Temístocles L, Martins W 1989. *Um Brasil diferente*. Curitiba: SEC.
- Velloso LGC et al., 1954. Apresentação. *Anais do 1º Congresso Brasileiro Florestal*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, p. 5.
- Westphalen C 1984. Historiografia paranaense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 343, abr.-jun, p. 118.
- Williams R, 2011. Ideias sobre a natureza. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, p. 89-114.
- Nery L 1953. A responsabilidade do I.N.P. no reflorestamento das essências nobres. *Anais...* p. 389-393.
- Maack R 1953. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná e considerações sobre o problema do reflorestamento. *Anais...* p. 149-156.
- Morretes L de 1953. *O pinheiro na arte. Ilustração Brasileira*. Ed. Comemorativa do Centenário do Paraná. Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, p. 168-169, dez.

Perlin J 1992. *História das florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, p. 17, 19.

Castella PR, Britez RM de (orgs.) 2004. *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais* / Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná; apoio: Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 8-9.

Martins R 2004. *O livro das árvores do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paranaense, (2ª Edição[1944]), p. 111, 113.

Campanili M, Prochnow M 2006. *Mata Atlântica – uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, p. 75-76.

Bahls AVS 2007. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Tese de Doutorado em História. Curitiba, UFPR, p. 110.

Carvalho EB de 2012. A crítica ambiental de Max Von Lassberg e Reinhard Maack. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, n. 19, 2º sem.

Species and Forest: The Araucaria in environmental discussions and in the production of significant meanings towards the Paraná forests

ABSTRACT

This article looks to analyze how certain symbolic, discursive and imagery constructions that engender effects and production processes relating to Araucaria and, in its wake, to the Araucaria forest were designed and disseminated throughout the twentieth century in Paraná. The main argument is on the deforestation occurred in the state, of which was obscured by discourses centered on the species and its importance to the economic development of Paraná, in parallel to a certain "obliviousness" to the forest in which it belonged. Therefore, we aim our attention in a manner where both, species and forest, were versed by the Paraná Movement (Movimento paranista), by the researchers Romário Martins and Francisco Carlos Hoehne and four papers presented at the 1st Brazilian Forestry Congress (1º Congresso Florestal Brasileiro), which was held in Curitiba in 1953.

Keywords: Alphabetic Writing; Literacy; The Portuguese Colonization; Atlantic Forest; Colonial Period

Submissão: 30/10/2014

Aceite: 09/02/2015